

TJMG

I N F O R M A T I V O

TJMG

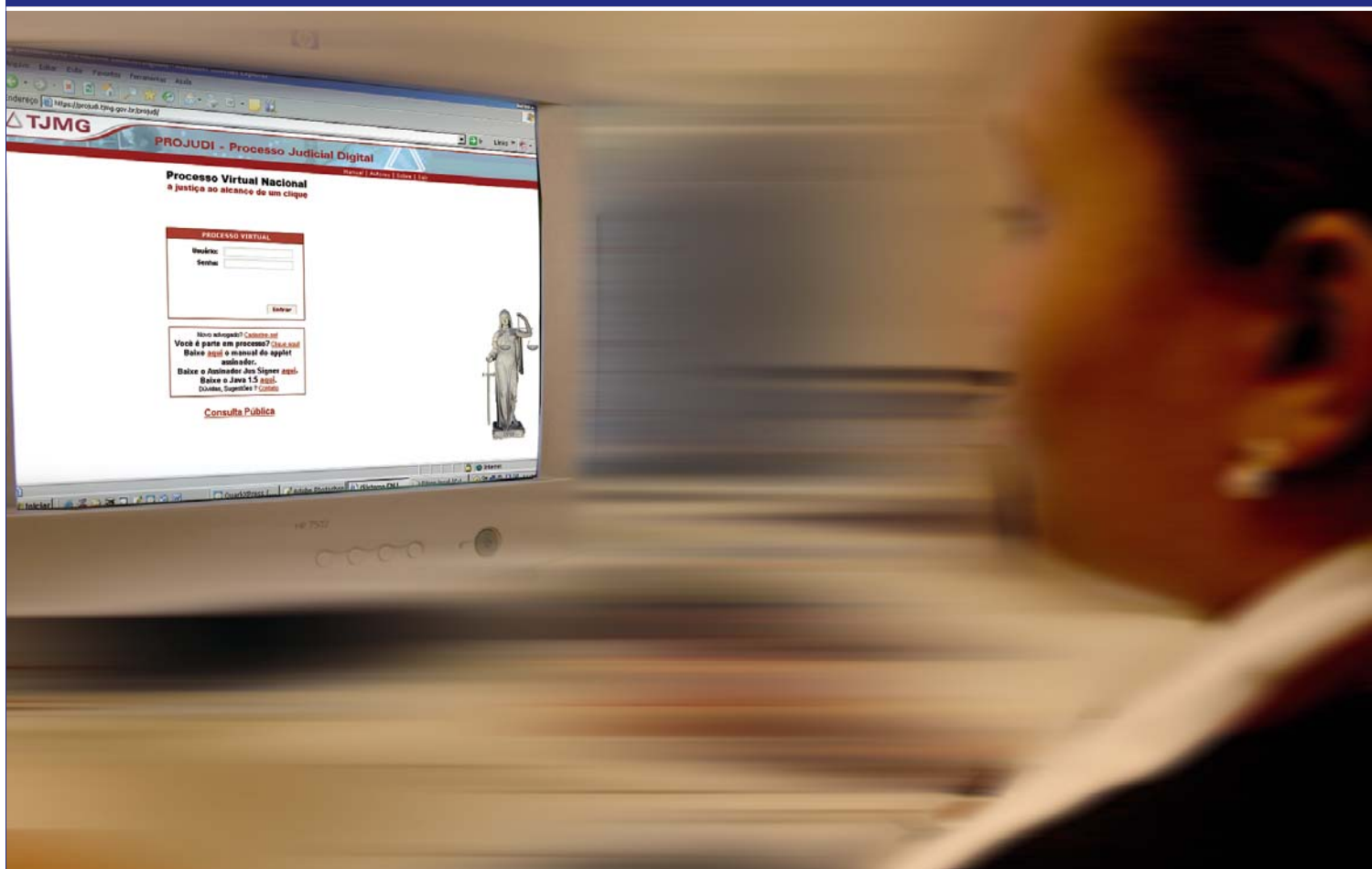
aprimora recursos tecnológicos

Nos últimos anos, o TJMG tem investido alto em informática para buscar uma prestação jurisdicional melhor e mais célere. Através da implantação de tecnologias modernas, o Tribunal busca o aperfeiçoamento constante dos processos e dos serviços. Nesta edição, você vai conhecer algumas das iniciativas que o Tribunal está desenvolvendo na área, e ver como elas vão trazer benefícios não só para o cotidiano de servidores e magistrados, mas da sociedade em geral. Tais iniciativas serão abordadas durante a segunda edição da Semana da Tecnologia.

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - MAIO - 2008
ANO 14 - NÚMERO 127

Páginas 6 e 7



Gestão pública: “do porão para a sala de visita”

Orlando Carvalho - *presidente*

Estamos nos preparando para a realização da 2ª Semana da Tecnologia. Não temos dúvida de que a informática pode e deve estar a serviço do Judiciário, com o objetivo de se buscar a tão almejada agilidade e prontidão no atendimento. Entre os desafios da administração pública destaca-se, justamente, investir na modernização diante das restrições orçamentárias, estabelecendo as prioridades.

Por falar em administração pública, gostaria de aproveitar este espaço para reforçar a palestra do vice-governador, Antônio Augusto Junho Anastasia, realizada no TJMG dentro das atividades do Circuito de Integração, divulgada na última edição deste jornal. Afinal, segundo o palestrante, os esforços de modernização se quedam inertes ou silentes se não for incutida a cultura organizacional empreendedora. Daí a importância de se debaterem temas de gestão.

Ele disse que, historicamente, a gestão pública não esteve em posição de destaque. No Brasil, o problema inflacionário desviou-nos a atenção por muitos anos. “Morta a inflação, desnuda-se a gravidade da gestão”, enfatizou. Foi então que o tema passou “do porão da casa para a sala de visitas”, mostrando-se uma exigência e passando a constar da agenda nacional.

Tudo isso nos leva a refletir sobre a importância do engajamento de todos nos processos de gestão, com as metas e os resultados propostos. Só assim conseguiremos construir não a “imagem”, mas a “re-

putação” do serviço público; no nosso caso, do TJMG. O termo “reputação” foi usado pelo professor Jorge Duarte, em outra palestra do Circuito de Integração.

Jorge Duarte defendeu que a comunicação no serviço público deve ser vista como força propulsora das políticas públicas. Ela tem o papel de “contribuir na implementação das políticas, qualificar os processos de informação e interação, expressar os conceitos e ações da gestão”. Deixou bem claro que a “comunicação é responsabilidade de todos”, destacando que as pessoas preferem obter informações através do gerente imediato, em vez de ter acesso a elas pelos meios de comunicação formais.

Gestão Pública e Comunicação – os dois temas abordados – exigem constantes reflexões, visando ao aprimoramento das nossas práticas. Por isso, estamos disseminando essas idéias apresentadas no *Circuito de Integração*, realizado pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom), em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e a Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag), do TJMG.

É preciso que todos estejamos atentos a essas questões, como agentes comunicantes dos processos de mudança, inseridos e comprometidos com o ideal de uma prestação jurisdicional mais eficaz. A reputação do Poder Judiciário de Minas Gerais está nas mãos de cada magistrado e de cada servidor, de cada atendimento e de cada decisão.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Presidente: Orlando Adão Carvalho;

1º Vice-Presidente: Cláudio Costa;

2º Vice-Presidente: Reynaldo Ximenes Carneiro;

3º Vice-Presidente: Jarbas Ladeira;

Corregedor-Geral: José Francisco Bueno;

Superintendente de Comunicação: Alexandre

Victor de Carvalho; **Secretário Especial da**

Presidência: Luiz Carlos Elói; **Secretária do**

Presidente: Sidneia Simões; **Assessora de**

Comunicação Institucional: Goretti Paiva;

Gerente de Imprensa: Wilson Menezes;

Editora e Jornalista Responsável:

Patrícia Melillo - MG 04592JP;

Revisão: Pedro Jorge Fonseca; **Designer**

Gráfico: Shirley O. Moraes e Úrsula B. Baião;

Fotolito e Impressão: Lastro Editora Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º andar -

Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.gov.br

Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:

31 3289-2520

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 20 mil exemplares

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.gov.br.



Desembargadores recebem medalha

O vice-presidente da República, José de Alencar, o presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, e o governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves, além de diversas autoridades, participaram, no dia 21 de abril, da solenidade de entrega da *Medalha da Inconfidência*, na cidade histórica de Ouro Preto. A comenda agraciou 254 personalidades pela sua contribuição ao desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil. Pelo TJMG, foram agraciados com a *Grande Medalha* a desembargadora Jane Ribeiro Silva, que está à disposição do Superior Tribunal de Justiça (STJ); e os desembargadores Almeida Melo e Vanessa Verdolim Hudson Andrade. No grau *Medalha de Honra*, receberam a comenda os desembargadores Irmair Ferreira Campos, Albergaria Costa, Eduardo Andrade e Antônio Armando dos Anjos. Já no grau *Medalha da Inconfidência*, foram agraciados os desembargadores Alberto Vilas Boas, Vieira de Brito, Elpidio Donizetti, Márcia De Paoli Balbino e Wagner Wilson.

A Corte Superior do TJ realizou sessões extraordinárias em abril



Guilherme Dardanhan

Mutirão para julgar processos da Corte

Wilson Menezes

Preocupados com o grande volume de processos aguardando julgamento na Corte Superior, seus integrantes redigiram um abaixo-assinado propondo a realização, no mês de abril, de sessões extraordinárias, o que foi prontamente deferido pelo presidente, desembargador Orlando Carvalho. O objetivo era agilizar o julgamento de processos.

Assim, foram realizadas sessões nos dias 7 de abril (extraordinária), 9 de abril (ordinária), 23 de abril (ordinária) e 30 de abril (extraordinária). Foram julgados processos adiados em sessões anteriores, além daqueles com pedidos “de dia”.

A Corte Superior é o órgão especial do Tribunal de Minas, integrada por 25 desembargadores (13 escolhidos pelo critério de antiguidade e 12 eleitos pelo Tribunal Pleno), sendo responsável por julgamentos de ações diretas de inconstitucionalidade, de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição do Estado, diversas ações envolvendo autoridades públicas, conflitos de competência entre câmaras do TJMG, entre outros processos, além de possuir competências administrativas, como promoção de juizes.

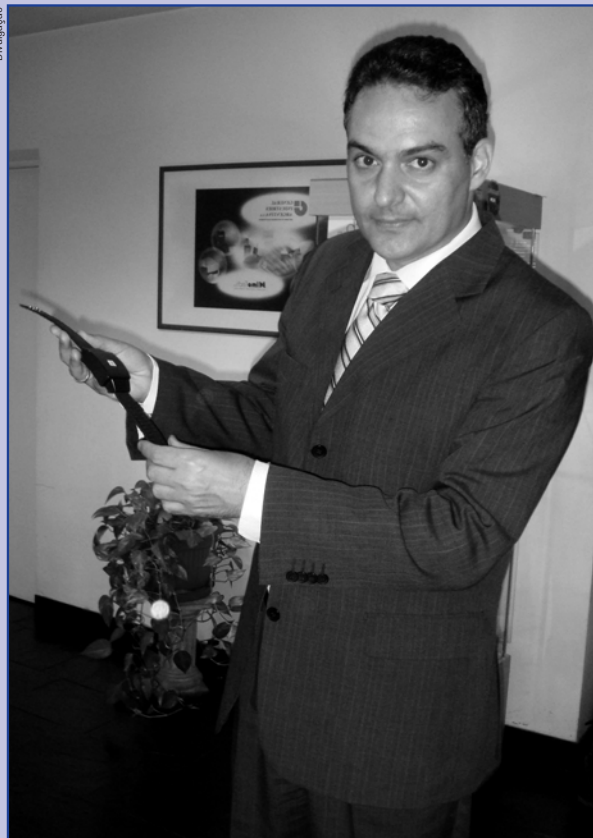
Para o presidente Orlando Carvalho, o empenho dos integrantes da Corte Superior para a realização de sessões extraordinárias só vem confirmar o perfil do magistrado mineiro de dedicação à Justiça e de esforço redobrado diante da sobrecarga de trabalho. Ele lembra que os magistrados, na maioria das vezes, estão assoberbados de serviço, num quadro de demanda crescente e estrutura insuficiente para atender às reais necessidades do Judiciário.

Pela avaliação realizada pelo gerente do Cartório de Feitos Especiais (Cafes), Alexandre Aurélio de Oliveira, só em abril, 263 processos foram incluídos em pauta, o que acaba com todo o atraso dos processos aptos para julgamento, de competência da Corte Superior. “Contudo, pode acontecer que parte desses processos sejam adiados por diversos motivos, a pedido de algum desembargador, advogado ou retirado de pauta”, sintetizou.

Para comprovar a preocupação e empenho dos magistrados, na sessão do dia 30 de abril, ficou definida hora de início da sessão, ou seja, 9h, contudo, sem horário definido para terminar.

TJ avalia adoção de monitoramento eletrônico

Divulgação



Desembargador Alexandre Victor de Carvalho destaca que, para adoção do monitoramento eletrônico, deverão ser respeitados os princípios constitucionais

Renata Ferrer

Minas Gerais começou em abril a avaliar um sistema de monitoramento eletrônico de presos que deverá ser implantado no Estado. Os testes são pioneiros no país e estão sendo realizados pela Secretaria de Estado da Defesa Social (Seds), em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e o Ministério Público Estadual (MPE). Inicialmente, dez presos da Grande BH passam pela experiência de serem monitorados por meio de tornozeleiras eletrônicas.

Os presos cumprem pena em regime aberto ou semi-aberto e foram escolhidos pelo Judiciário, juntamente com a Administração Penitenciária, com base em critérios como bom comportamento e baixa periculosidade. Os testes servirão para que se escolha entre as tecnologias de Sistema de Posicionamento Global (GPS) e Identificador de Radiofrequência (IRF). Os aparelhos foram cedidos por uma empresa israelense.

O desembargador Alexandre Victor de Carvalho vem acompanhando a iniciativa e acredita que, se for bem implantada, trará bons frutos à sociedade. "No regime semi-aberto, por exemplo, o preso teria que trabalhar durante o dia vigiado; e, durante a noite,

recolher-se à penitenciária. Com o monitoramento, durante a noite ele voltará ao seu próprio domicílio, mantendo o convívio familiar e chegando mais rapidamente à ressocialização", afirma.

Além disso, o magistrado destaca a economia gerada para o Estado, que não precisará colocar nenhum agente penitenciário para acompanhar o preso durante o dia de trabalho ou estudo. Segundo a Seds, se o sistema for avaliado positivamente e implantado, o custo mensal de um preso para o Estado, que hoje é de cerca de R\$ 1.800, poderá ser reduzido. A Secretaria estima que a tornozeleira custe cerca de R\$ 600 mensais para uso em cada preso.

Ressalva

Há cerca de um mês, o desembargador Alexandre Carvalho representou o Tribunal em uma comitiva, composta também por integrantes da Seds e do MPE, que foi à Argentina conhecer a experiência realizada na Província de Buenos Aires. Lá, o desembargador pôde conhecer o sistema e os equipamentos. Da viagem, trouxe a certeza

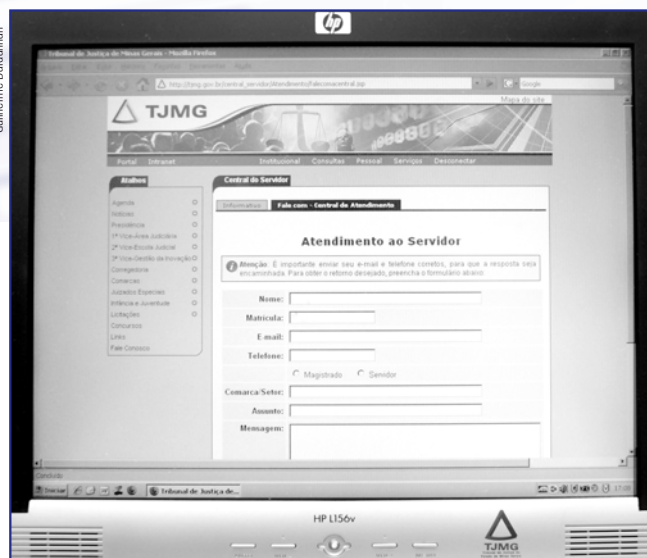
da eficácia do monitoramento eletrônico, mas também uma ressalva.

"Na visão do Judiciário, não basta o sistema ser eficaz para monitoramento eletrônico; é preciso que ele atenda aos princípios constitucionais a serem observados para a execução penal", diz ele. Por isso, o desembargador conversou com os representantes do Governo do Estado e do Ministério Público, alertando para algumas premissas a que a implementação do sistema deverá atender.

"É preciso que esse monitoramento seja feito com muito critério para que possamos evitar alegações de ofensas a direitos constitucionalmente garantidos aos presos, como dignidade da pessoa humana e humanidade da pena. Ao usar a tornozeleira, o preso poderá ser facilmente identificado, o que pode gerar preconceito e dificultar a ressocialização, que é o grande objetivo do cumprimento da pena", ressalta o desembargador. Assim, em sua opinião, terá de ser adotada alguma medida, como a redução do tamanho da tornozeleira ou sua colocação de forma menos evidente. "O monitoramento não poderá fazer com que o preso seja estigmatizado", defende Alexandre Victor de Carvalho.

TJMG cria alternativas de comunicação

Guilherme Dardarian



Há um formulário digital disponível para magistrados e outro para servidores

Nanci Andrade e Juliana Matos

O TJMG abriu novos espaços de comunicação por meio de formulário virtual: “Fale com as Centrais de Atendimento”, um para servidores e outro para magistrados. A ferramenta, disponível pela Intranet, permite que sejam encaminhadas dúvidas relativas à vida funcional para a Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos (Dearhu).

Mesmo quem não tem endereço eletrônico próprio pode se comunicar utilizando a Intranet, bastando que informe o número de telefone em que deseja receber a resposta dos servidores da Central. “Ter uma ferramenta de comunicação virtual é bom porque, havendo um problema ou dúvida nos dados, o servidor pode imediatamente nos acionar. Assim como ele está se acostumando a consultar informações sobre a sua vida funcional pela Intranet, queremos também que a solução de seus problemas e o esclarecimento de suas dúvidas aconteçam nesse ambiente”, explica Gabriel Paixão, coordenador da Central de Atendimento ao Servidor (Cenat).

O assessor da Dearhu, Leonel Carvalho, responsável pela sistemática de atendimento à magistratura, avalia o funcionamento da ferramenta: “É um local de referência na busca de soluções e para tirar as dúvidas, encurtando caminhos junto às áreas técnicas, com um atendimento personalizado. É um ponto de

apoio, de referência, para desafogar as demais áreas que atendem via telefone ou pessoalmente – que, em março deste ano, contabilizaram um total de 392 contatos. Desde que o endereço eletrônico (centraldamagistratura@tjmg.gov.br) foi criado, em maio de 2007, até a primeira quinzena de abril deste ano, foram respondidos 1.052 e-mails”.

Alguns servidores que já utilizam a nova modalidade consideram o serviço facilitador do diálogo, como conta a servidora do TJMG, Maria Angélica Braga: “Pelo telefone é muito difícil falar. Entendo que a procura é muito grande e a espera, desgastante. Agora pelo menos você faz sua pergunta e sabe que vai ser respondido”.

A partir do “Fale com a Central de Atendimento”, a Dearhu deseja não só democratizar o acesso, mas, aos poucos, incrementar a divulgação de informações pelo Portal. Em parceria com a Assessoria de Comunicação (Ascom) e a Diretoria de Informática (Dirfor),

são estudados novos mecanismos para fazer da Intranet um ambiente no qual magistrados e servidores tenham conhecimento das novidades a respeito de assuntos de seu interesse.

O acesso às Centrais de Atendimento é feito pela Intranet do Portal TJMG (www.tjmg.gov.br), nos banners “Central do Servidor” e “Central do Magistrado”. O endereço eletrônico para servidores é centraldoservidor@tjmg.gov.br. A Central de Atendimento da Magistratura atende também pelo telefone (31) 3237-6513, aos magistrados da ativa, aos magistrados aposentados e aos pensionistas.

Justiça informatizada: mais ágil, eficiente e cidadã

Rachel Barreto

Se fizermos uma prestação jurisdicional mais célere e melhor, os cidadãos serão mais bem atendidos pelo Poder Judiciário. Evidentemente, este é um exercício de cidadania”

A tecnologia tem sido um dos pilares da administração atual do TJMG. Apenas nos últimos três anos, foram investidos R\$ 76 milhões nessa área, que fizeram com que Minas passasse a ocupar o terceiro lugar no *ranking* dos tribunais que mais investem em informática, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

E esta não deve ser uma preocupação transitória. “É um movimento irreversível: as administrações futuras também estarão focadas na informática. Vamos sempre buscar a excelência”, acredita o presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho. A visão é corroborada pelo presidente da Comissão de Tecnologia da Informação do TJMG, desembargador Fernando Botelho. “As novas administrações darão seqüência às ações desenvolvidas agora. Especialmente frente aos resultados obtidos: redução no tempo de tramitação, na necessidade de aporte de

recursos humanos e de estruturas físicas. Retroceder nesse processo talvez seja contrariar o interesse público”, avalia.

Para ambos, estamos vivendo um momento histórico, não só no TJMG, mas em toda a Justiça brasileira. A automação dos serviços representa uma evolução frente à imagem da Justiça burocrática, lenta e afogada em papéis; e estabelece um novo paradigma, que transformará de vez o cotidiano de magistrados e servidores.

Cidadania

Os benefícios das ações ligadas à tecnologia impactam diretamente os processos de trabalho e rotinas produtivas daqueles ligados à prestação jurisdicional, mas não ficam restritos a eles. A redução de custos e a agilidade dos processos trazem efeitos positivos também para a sociedade em geral.

“Se fizermos uma prestação jurisdicional mais célere e melhor, os cidadãos serão mais bem atendidos pelo Poder Judiciário. Evidentemente, este é um exercício de cidadania”, acredita o presidente Orlando Carvalho, para quem a informática representa o futuro do serviço público.

“Tecnologia significa, em vários aspectos, inclusão social e digital. Na medida em que conseguimos disponibilizar na Internet os serviços públicos, aumentamos a capilaridade do atendimento. Com o processo eletrônico, acessível para trabalho e con-

sulta através da Internet, passamos a incluir no serviço jurisdicional profissionais e seus clientes que antes não tinham condição de acompanhar pessoalmente os processos. Além disso, há uma otimização dos gastos públicos, além de outros benefícios indiretos para a cidadania, que são extremamente importantes”, completa o desembargador Fernando Botelho.

É nesse contexto que o TJMG prepara a II Semana da Tecnologia, Justiça e Cidadania, que acontecerá em Belo Horizonte, entre os dias 9 a 13 de junho. Conheça a seguir algumas das iniciativas que o TJMG está desenvolvendo, a serem enfocadas na Semana:

Diário do Judiciário Eletrônico (DJe)

O que é: versão eletrônica do Diário do Judiciário, que atualmente tem uma modalidade impressa – encartada no jornal *Minas Gerais* – e é disponibilizado em meio digital nos sites do TJMG e da Imprensa Oficial. O DJe terá novo projeto gráfico, assinatura digital e estará disponível em formato PDF no site do TJ.

Objetivos: ampliar o acesso às informações; reduzir custos de assinatura, produção e distribuição.

Implantação: a partir de maio, a transição será divulgada no *Minas Gerais*. Na Semana, será lançado o DJe e, logo em seguida, a versão impressa deixará de circular.

Primeira sessão de julgamento por meio eletrônico (Sistema CNJ), das Turmas Recursais Cíveis do Juizado Especial da UFMG



Expansão do Sistema CNJ

O que é: processo judicial eletrônico (antigo Projudi), criado e fornecido pelo Conselho Nacional de Justiça.

Objetivos: consolidar o processo eletrônico no Judiciário mineiro; possibilitar maior acesso, celeridade, segurança, eficiência e transparência no trâmite processual; propiciar mais publicidade aos atos processuais.

Implantação: o Sistema já está implantado nos Juizados Especiais da UFMG, desde agosto de 2007; e, no Barreiro, desde março de 2008. Já funciona também em algumas Turmas Recursais (6ª, 7ª e 9ª). Agora, será implantado no Juizado Especial do Gutierrez e chegará à Justiça Comum, para tramitação do procedimento de habilitação para casamento na Vara de Registros Públicos do Fórum Lafayette.

Sistema Hermes

O que é: sistema de comunicações oficiais internas por meio eletrônico. Os documentos são transmitidos no formato PDF, impossibilitando modificações, e recebem assinatura digital, que garante sua autenticidade.

Objetivos: interligar a Corregedoria, os setores do TJ e os foros das comarcas; tornar as comunicações oficiais mais ágeis, seguras e eficientes; diminuir custos relativos à correspondência, com economia de papel e redução de custos de postagem.

Implantação: o Sistema já funciona em caráter experimental nas comunicações entre a Corregedoria e a 1ª Instância na Capital. Na Semana, será oficializada a implantação para

todo o Estado, inclusive com a possibilidade de expedição de alvarás de soltura eletrônicos.

Central Eletrônica de Atos Notariais e de Registro

O que é: a Central irá armazenar, concentrar e disponibilizar informações sobre testamentos, inventários, divórcios, separações, aquisições de imóveis por estrangeiros e indisponibilidade de bens. Permitirá centralizar as informações e manter cadastro de atos. Os cidadãos poderão consultar tais atos, de caráter eminentemente público, de forma gratuita, fácil e segura, através do site do TJMG, no link Corregedoria.

Objetivos: permitir mais rapidez, qualidade e eficiência aos serviços notariais e de registro; facilitar o acompanhamento e o controle dos atos; ampliar sua publicidade.

Implantação: na Semana, será assinado o provimento que implanta a Central na Justiça mineira.

Siged

O que é: Sistema Informatizado de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, com interface *web* para gestão de documentos produzidos ou recebidos pelo TJMG. Possibilita a produção, gerenciamento da tramitação, recebimento, armazenamento, acesso e destinação dos documentos. Padroniza e facilita a classificação e o controle, agilizando a auditoria e a gestão da documentação.

Objetivos: democratizar o acesso à informação e melhorar a qualidade dos serviços; racionalizar o trabalho arquivístico; automatizar, agilizar e padronizar processos.

Implantação: o Siged será lançado durante a Semana da Tecnologia e tem implantação, precedida de treinamento, prevista para o segundo semestre de 2008.

Lagoa da Prata comemora e promove inaugurações

Solange Magalhães

“Os Juizados Especiais vieram para atender à camada mais vulnerável da população, antes desamparada da tutela jurisdicional”, frisou o presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, em seu discurso de inauguração do Juizado Especial e

Os Juizados Especiais vieram para atender à camada mais vulnerável da população, antes desamparada da tutela jurisdicional”,

da Sede da Justiça Eleitoral na comarca de Lagoa da Prata, no último dia 11 de abril.

O evento fez parte das comemorações dos 30 anos da comarca. Na oportunidade, também foi inaugurado, com a presença do vice-governador Antonio Augusto Anastasia, o Centro de Reintegração Social da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac). A programação incluiu homenagens às autoridades civis e militares, bem como às demais pessoas e instituições que contribuíram para a história do Judiciário de Lagoa da Prata.

Orlando Carvalho ressaltou o mérito do presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, desembargador José Fernandes Filho, para a criação dos Juizados.

O alto conceito da Justiça Eleitoral, “referência até mesmo para outros países”, foi também citado pelo presidente. “O seu líder atual é o dedicado desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, representado hoje pelo nosso estimado juiz Tiago Pinto, membro da Corte Eleitoral. A inauguração da nova sede desta Justiça demonstra o empenho na criação de melhores condições de trabalho e de prestação de serviço à sociedade”, disse Orlando Carvalho.

O juiz diretor do Foro da comarca de Lagoa da Prata, Luiz Carlos Rezende e Santos, destacou personalidades que contribuíram para o crescimento daquela cidade. “(...) história que teve início quando um grupo especial de pessoas passaram a acreditar que a instalação da comarca seria fundamental para o crescimento da região”, disse. O magistrado ressaltou também a importância da Apac e da “colaboração de todos na construção do bem, da verdade e da justiça como uma tarefa não apenas individual, mas de toda a comunidade”.

Apac

Um dos pontos altos da programação na comarca foi a inauguração do Centro de Reintegração Social da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), localizado na rua José Xavier, 200, bairro Mangabeiras.

A solenidade contou também com a presença do coordenador do Projeto Novos Rumos na Execução Penal do TJMG, desembargador Joaquim Alves de Andrade, e do presidente da Apac de Lagoa da Prata, José Osvaldo Rocha Lobato, entre outras autoridades.

Joaquim Alves de Andrade fez a entrega a José Osvaldo Rocha Lobato do primeiro livro para a biblioteca da Apac, uma obra de autoria do procurador de Justiça Tomáz de Aquino Rezende. O magistrado lembrou as excelentes lições de civismo e luta pelo espírito de cidadania que o autor traz em seu livro, recomendando sua leitura a todos os apaqueanos.

O presidente Orlando Adão destacou a grandeza do Projeto Novos Rumos na Execução Penal, criado pelo TJMG, com o objetivo de disseminar o método Apac. “Hoje, à frente dessa valorosa iniciativa, está o sereno e abnegado terceiro vice-presidente, desembargador Jarbas Ladeira”.

Orlando Carvalho reconheceu ainda que “é impossível falar nas Apacs sem associá-las ao desembargador Joaquim Alves de Andrade, um verdadeiro missionário dedicado a essa causa e defensor sem tréguas do método”.



O presidente Orlando Carvalho inaugurou o Juizado Especial de Lagoa da Prata

Administrando pessoas e tempo

Vanderleia Rosa

Por trás da aparência delicada que lhe rendeu o apelido de “Neuzinha”, uma virginiana exigente, sobressai uma profissional segura, que dirige uma das mais demandadas diretorias do Tribunal de Justiça. Ali deságuam centenas de dúvidas, queixas e solicitações de servidores e magistrados. Neuza das Mercês Rezende é a diretora executiva de Administração de Recursos Humanos do TJMG. Para conduzir uma área tão sobrecarregada, além de muita dedicação e conhecimento técnico, ela conta com uma equipe de gestores e servidores empenhados, que a exemplo da diretora “amam o que fazem”. Neuza nasceu no município de Alto do Rio Doce, é mãe de Júlia (8) e de Henrique (6), e conserva a mesma simplicidade de quando ingressou no TJMG, em maio de 93, na Divisão de Pessoal da 1ª Instância. Nos momentos livres, gosta de visitar com a família o local onde nasceu e cresceu. Nessa entrevista, ela fala dos desafios da diretoria de que está à frente. Confira.

TJMG Informativo – Quais os desafios de estar à frente da Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos do TJ?

NR: Administrar a vida funcional de 20 mil pessoas, entre servidores e magistrados; lidar com suas demandas rotineiras e procurar atendê-las a tempo, contando com um quadro de pessoal reduzido e com um sistema informatizado ainda insuficiente para a nossa realidade, já é por si só um grande desafio. Há dias em que são protocolizados cerca de 800 expedientes para a nossa área. Há processos de trabalho, como, por exemplo, cálculo retroativo do pagamento de benefícios, emissão de certidões, bem como a apuração de frequência dos servidores das comarcas do interior, que ainda são totalmente manuais, exigindo muito mais tempo e atenção dos nossos servidores. Outro grande desafio é superar, diariamente, a frustração de, em nome da legalidade a que se submete o administrador, não poder deferir diversos pedidos. Escutando os servidores, reconheço suas necessidades e a coerência de suas justificativas, mais não há respaldo legal para atendê-los. Também não é nada fácil administrar uma folha de pagamento de pessoal diante das restrições orçamentárias impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, o maior desafio da Administração é viabilizar uma política unificada de recursos humanos compatível com

todas essas limitações e as imposições orçamentárias e considerando, evidentemente, a importância da valorização do servidor em todo o processo.

TJMG Informativo – Um grande volume de dúvidas e reclamações de servidores recai sobre essa Diretoria. Quais os meios utilizados para atender a essas demandas?

NR: Felizmente, contamos com uma equipe de assessores,

o atendimento a essas demandas, contamos também com nossa Central de Atendimento, que, destinada a responder as solicitações e consultas dos magistrados e servidores de todo o Estado, além das do público externo, vem implantando novas sistemáticas de atendimento, visando melhorar a qualidade e a eficiência do serviço prestado.

TJMG Informativo – Que transformações ocorridas no TJ, na área de Recursos Humanos,

de Atendimento e Informações e da Gerência de Pagamento. A adequação dos quadros de pessoal das 1ª e 2ª Instâncias e a realização dos concursos em 2005 e 2007, com a consequente nomeação e posse de aproximadamente 7.500 servidores.

TJMG Informativo – Como é administrar o tempo e conciliar as responsabilidades do cargo que ocupa e a vida em família?

NR: Meu dia começa às 5h30 (pois faço ginástica antes de vir para o Tribunal, onde costumo chegar até às 8h) e vai até às 23h. Vejo meus filhos e marido, “grande companheiro”, no início da manhã, em alguns dias no horário do almoço, e à noite – quando reviso os deveres da escola e estudo com a Júlia. Já os meus finais de semana são dedicados a eles. Meus filhos têm várias atividades durante o dia e já se adaptaram a essa rotina. Nasceram nesse meu ritmo e entendem que meu trabalho é importante para mim, que tenho meus horários e compromissos. Mas é claro que sentem minha falta e pedem a minha companhia. Uma vez, meu filho Henrique estava passeando com o pai em São João Del Rei e, coincidentemente, o desembargador Orlando Carvalho também estava lá para uma solenidade. Sem hesitar, o menino pediu: “Pai, me leva ao presidente que eu quero pedir a ele uma folguinha para a minha mãe”.

Guilherme Dardanhan



Os filhos de Neuzinha vieram ao TJ conhecer o presidente Orlando Carvalho

gestores e servidores comprometidos com o trabalho, prontos a discutir, buscar soluções e atender às demandas que surgem diariamente. Trabalhamos pautados na legalidade e na impessoalidade, procurando dar a todos o mesmo tratamento. Para

você acompanhou e gostaria de destacar?

NR: O Redesenho da 2ª Instância que introduziu nesta Diretoria, dentre outras, a estrutura da Assessoria Técnica e Jurídica para Administração de Recursos Humanos, da Central

Uma companhia especial no trabalho

Letícia Lima

Quando eles chegam ao Tribunal de Justiça, muita gente pára o que está fazendo para olhar. São eles: Edson Batista Júnior, jornalista, e Mully, sua cadela-guia. Edson é deficiente visual e consegue caminhar com segurança graças ao trabalho de Mully. Por isso, ela é tão importante. Segundo ele, a cadela, além de ser uma companheira, é uma ajuda técnica para sua locomoção. Quando a curiosidade dos outros sai do nível do olhar e passa para o toque, enquanto Mully está a trabalho, Edson se inquieta. “O cão-guia não é um animal apenas de estimação. Em momentos de trabalho, não deve ser distraído”, ensina.

Edson explica por que não se deve afagar nem brincar com a cadela quando ela está com o

arreio ou quando recebe ordem para ficar quieta. “Toda vez que o cego põe o animal no estado de ‘fica’, ele está em obediência de comando. Posso até mesmo sair porque sei que ela vai continuar lá. Se as pessoas mexem com Mully, ela pode me desobedecer, e isso atrapalha. Às vezes, sou obrigado a corrigi-la e a culpa nem é dela”, comenta.

Mully é da raça labrador, e é típico dessa raça gostar de brincar, mais um motivo para Edson pedir atenção. Mas há momentos de diversão. Sem o arreio, Edson permite pequenos afagos. “O problema é a pessoa brincar sem perguntar se pode. Aí, minha reação tem que ser imediata; não dá para ser muito polido”, explica-se. Outra atitude incorreta é alimentar o animal. “Além de distrai-

lo, a pessoa não sabe o que o cão pode ou não comer”, acrescenta.

O receio de Edson é também por eles se conhecerem pouco. Mully ainda não se adaptou completamente ao ambiente. Recentemente, Edson foi buscá-la nos Estados Unidos. A dupla precisa de um tempo para se harmonizar. “Eu cometo alguns erros; ela, outros. Às vezes, ela puxa para me desviar, eu não percebo e deixamos de fazer o movimento ao mesmo tempo. Outras vezes, é ela quem me deixa trombar nas pessoas. Nem sempre as percebe como um obstáculo. Julga que elas vão desviar-se”, conta.

Saudade

Antes de Mully, Edson era guiado por Honey, que morreu com apenas quatro anos de idade, vítima de uma insuficiência renal, causada pela leishmaniose. “É vergonhoso haver endemia de leishmaniose e a gente ter que sacrificar o animal. O vetor é o mosquito. O cão, a vítima”, desabafa. Edson e Honey formaram dupla por dois anos e meio, por isso, sua ausência deixou mais que saudade. “A gente perde um auxílio e um ser afetivo. Foi como se eu perdesse a visão pela segunda vez”, recorda-se. Diante disso, pensou bem antes de buscar um segundo cão-guia. Ele espera não ter que sentir saudade de Mully tão cedo e já tomou todas as providências para evitar doenças. “Espero ficar com ela sete ou oito anos, tempo durante o qual os cães têm plena capacidade para trabalhar, e depois mantê-la apenas como animal de estimação”, afirma.

Edson e Mully chegam ao TJ

O cão-guia não é um animal apenas de estimação. Em momentos de trabalho, não deve ser distraído”

Guilherme Dardanhan



Espaço de encontro e arte

Maria Cláudia Barreto

Uma semana de atividades culturais marcaram a inauguração, no período de 5 a 9 de maio, do Espaço Sociocultural Desembargador Lincoln Rocha, do Tribunal de Justiça. O Espaço integra as ações sociais e culturais já existentes e cria novas oportunidades de convivência entre magistrados, servidores e o público em geral. A coordenação é da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom).

“As organizações públicas e privadas investem na área cultural, seja para o público interno ou externo, porque os projetos culturais têm uma grande característica de aproximação, de facilitar o convívio da instituição com a sociedade, com os seus diversos públicos. No caso do Tribunal, os projetos culturais já existiam e a criação do Espaço Sociocultural vem consolidá-los e institucionalizá-los”, avalia Goretti Paiva, assessora de Comunicação Institucional do TJMG.

Na segunda-feira, 5 de maio, Waldir Silva e seu grupo de seresteiros se apresentaram em frente ao Anexo II, dentro do Intervalo Cultural. O projeto, recém-criado, prevê atrações quinzenais, no horário do almoço, visando integrar o público interno e a vizinhança do Tribunal de Justiça.

A inauguração oficial do novo Espaço aconteceu na noite de terça-feira, 6, com a abertura de exposição de obras de arte do acervo do TJMG, na Galeria da Unidade Francisco Sales. A mostra reúne pinturas e esculturas em diversos estilos e técnicas – desde arte *naïf* (ingênua) até obras acadêmicas e contemporâneas. “Vai ser uma amostra de todo o acervo que o Tribunal possui”, resume Adriana Welter de Freitas, uma das organizadoras da exposição. Até o

dia 5 de junho, o público poderá conferir trabalhos de Inimá de Paula, Fernando Velloso, Humberto Guimarães, Rubens Estevão, Bottaro, Lindorico, Carolina Quinet, Jovane Deny, entre outros artistas.

Na quarta-feira, 7, o destaque da programação ficou por conta do teatro. A atriz Cida Mendes apresentou esquetes de seu espetáculo *Concessa Tecendo Prosa*, no Auditório da Unidade Francisco Sales, dentro do *Intervalo Cultural*.

Pensa TJ

Meu Nome Não É Johnny, um dos filmes brasileiros de maior repercussão no último ano, foi o tema do Pensa TJ de quinta-feira, 8. A mesa-redonda, seguida de debate, teve como convidados João Guilherme Estrella e Guilherme Fiuza – respectivamente, o personagem real e o autor do livro que deu origem ao filme estrelado por Selton Mello.

Um dos maiores traficantes de drogas do Rio dos anos 80, João Guilherme Estrella passou dois anos preso na Polícia Federal e em um manicômio judiciário e, hoje, trabalhando como produtor musical, cantor e compositor, é a prova de que há redenção mesmo para quem chega ao fundo do poço.

Na sexta-feira, 9, a programação se encerrou com *show* de dança flamenca da *Cia. Garcia y Lorca*. Durante toda a semana, também pôde ser visitado, no Mezanino do Anexo I, o tradicional bazar de artesãos do TJMG, com trabalhos em cerâmica, velas, bijuterias, artigos para decoração e presentes.

Programação da inauguração do Espaço Sociocultural do TJ

Segunda-feira, 5 de maio – às 12h30:
- Seresta com Waldir Silva e Conjunto Musical.
Local: Em frente ao Anexo II (rua Goiás, 253).

Terça-feira, 6 de maio – às 18h30:
- Inauguração da placa do Espaço Sociocultural e abertura de exposição de obras de arte do Tribunal.
Local: Galeria de Arte da Unidade Francisco Sales (Av. Francisco Sales, 1.446, Santa Efigênia). Aberta à visitação até 5 de junho, de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas.

Quarta-feira, 7 de maio – às 12h:
- Apresentação de esquetes teatrais de *Concessa Tecendo Prosa* pela atriz Cida Mendes.
Local: Auditório da Unidade Francisco Sales (Av. Francisco Sales, 1.446, Santa Efigênia).

Quinta-feira, 8 de maio – às 19h:
- Pensa TJ (mesa-redonda e debate), tendo como convidados João Guilherme Estrella e Guilherme Fiuza (*Meu Nome Não É Johnny*).
Local: Auditório do Anexo I (rua Goiás, 229).
Obs.: Os convites, gratuitos, deverão ser retirados a partir das 12h30 de terça-feira, 6, nas unidades da Ascom.

Sexta-feira, 9 de maio – às 12h:
- Show de dança flamenca com a *Cia. Garcia y Lorca*.
Local: Auditório do Anexo I (rua Goiás, 229).

De segunda a sexta-feira (5 a 9 de maio) – das 12 às 18h:
- Bazar de Artesanato do TJMG.
Local: Mezanino da Unidade I (rua Goiás, 229).

Informações: Centro de Relações Públicas e Cerimonial (Cerp/Ascom), telefone 3247-8946.

Obra de Inimá de Paula que integra a mostra

Guilherme Dardanhan



Dia das Mães

O Tribunal de Justiça realiza, no dia 29 de maio, missa em comemoração à Páscoa e ao Dia das Mães. A celebração será às 18h, no auditório do Anexo I do TJMG – rua Goiás, 229, Centro.

Júri é colocado em julgamento no Cineclube TJ

Daniel Oliveira

Qual a responsabilidade de um júri ao condenar um homem, privá-lo de sua liberdade, sua dignidade e até mesmo de sua vida -, nos casos de pena capital? É a questão levantada por Sidney Lumet em *Doze homens e uma sentença*, próxima atração do Cineclube TJ.

Vencedor do *Urso de Ouro* no Festival de Berlim, em 1957, o filme acompanha passo a passo a reunião de 12 jurados prestes a condenar um jovem de 18 anos à pena de morte. Enquanto 11 deles estão convencidos da culpa do rapaz, pobre e hispano-americano, um deles (Henry Fonda) tenta mostrar aos outros que o caso não é tão simples como parece.

Lumet, egresso da televisão, utiliza a linguagem e a câmera ágil do meio para centrar seu foco na história e nas personalidades de cada um

dos jurados, nesse que foi seu primeiro longa-metragem. Ao fim, *Doze homens e uma sentença* prova que, em um júri, realçam-se mais os preconceitos, o histórico de vida e os valores de cada um dos homens ali sentados - e, em maior escala, de sua sociedade - do que a culpa do réu. O filme é uma elegia à democracia e ao papel do Tribunal do Júri, como representante do povo e da Justiça, de dar a todos os homens o igual direito de defesa.

Doze homens e uma sentença será exibido no próximo dia 28 de maio, quarta-feira, às 19h, no Auditório do TJ da Avenida Francisco Sales, 1.446, térreo, Santa Efigênia. A sessão é comentada pelo desembargador Sérgio Braga, que relaciona o conteúdo do filme ao universo do Direito e da Justiça.

Exposição e show no Fórum



Glória Amaral expõe no Fórum Lafayette

Rosana Maria

A artista plástica mineira Glória Amaral abre a temporada 2008 na Galeria de Arte do Fórum Lafayette com a mostra "Assim na terra como no céu". Além de pinturas em tela, ela trará trabalhos "guardados" em pequenas caixas com tampas de vidro. A abertura será no dia 13 de maio, às 19h e a mostra poderá ser apreciada pelo público a partir do dia 14, de 8 às 18h. A galeria fica na avenida Augusto de Lima, 1.549, Barro Preto.

Vander Lee

O Espaço Cultural Fórum Lafayette traz mais um grande talen-

to da música mineira no projeto *Comunidade e Justiça*. O músico Vander Lee se apresentará no dia 28 de maio, às 19h, no pátio interno do Fórum, comemorando o dia das mães.

Autor de "Românticos", sucesso nas rádios na década de 90, teve composições gravadas por Gal Costa, Alcione, Rita Ribeiro, Leila Pinheiro e Paula Santoro. Em seus discos, há participações do parceiro Zeca Baleiro, de Elza Soares, dos conterrâneos Maurício Tizumba e Tamberlê, dentre outros.

O Espaço Cultural é coordenado pela Assessoria de Comunicação Institucional - Fórum Lafayette, com o apoio da Direção do Foro da Comarca de Belo Horizonte e patrocínio do Banco do Brasil. Informações pelo telefone (031) 3330-2123 ou pelo e-mail forumbhccultural@tjmg.gov.br



Vander Lee se apresenta no dia 28, dentro do projeto *Comunidade e Justiça*

CLICK DO LEITOR



Cristiano Gougeon

O Parlamento Canadense, situado na "Parliament Hill" - Colina do Parlamento -, na cidade de Ottawa, província de Ontário, é um local maravilhoso a ser visitado. Para surpresa de todos, a rainha Vitória escolheu Ottawa, que naquela época (1857) era uma rústica cidade de lenhadores, para ser a capital do Canadá, em vez das já estabelecidas Toronto, Kingston, Montreal e Quebec. Cercados por uma paisagem magnífica, os edifícios do Parlamento Canadense foram construídos entre 1859 e 1866 (com exceção da Torre da Paz e da Biblioteca). Esse belíssimo conjunto arquitetônico foi todo reconstruído em 1922, preservando o estilo neogótico original, depois que um incêndio, ocorrido em 1916, reduziu quase tudo a escombros. A exuberante Torre da Paz, medindo 92,2 metros de altura, foi construída em 1927. Seu nome objetiva enfatizar o compromisso do Canadá com aquele valor e ideal da humanidade.

Cristiano Gougeon - Comarca de Campanha

Para publicar a sua foto no Click do Leitor envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.gov.br.

TJMG

Impresso Especial

7312594204 - DR/MG

TJMG
CORREIOS

IMPRESSO